



# FAMÍLIA - ESCOLA: UMA PARCERIA NECESSÁRIA NO PROCESSO DE INCLUSÃO

Claudia Maria Bezerra da Silva

*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB – Campus Guarabira /  
claudiambezerra@yahoo.com.br*

## **Introdução**

A relação escola-família passa por várias divergências relacionadas ao papel que cada um deve desempenhar no processo educativo da criança. Quando se trata de uma criança deficiente, essa parceria apresenta ainda maiores problemas, tendo em vista a necessidade maior de atenção ela que requer.

A proposta de inclusão ressalta a necessidade dessa boa relação, já que a família é a responsável pelas primeiras formas de relações educativas, que vão se estender na escola.

Nessa premissa, o artigo aborda reflexões que busquem fazer com que as instituições trabalhem em regime de colaboração, para que o processo de ensino-aprendizagem seja construído da melhor forma possível.

## **Metodologia**

Para elaboração desse artigo, foi feita uma pesquisa teórica, consultando livros, textos e legislação que abordam o tema, visto que esses possibilitam o conhecimento sobre o assunto e oferecem subsídios para a análise do tema.

## **Resultados e Discussão**

A família da criança deficiente percebe desde cedo que elas necessitam de uma atenção maior. Esses cuidados iniciam-se em casa, e se prolongam no acompanhamento multiprofissional (médico, fonoaudiólogo, fisioterapeuta, psicólogo, terapeuta ocupacional, psicopedagogo) e também na escola, onde necessariamente, deveria encontrar uma educação inclusiva. Sobre a questão, Freitas (2006, p.167) afirma:

O princípio fundamental da escola de ensino inclusivo é que todos os alunos, sempre que possível, devem aprender juntos independentemente de suas dificuldades ou talentos, deficiências, origem socioeconômica ou cultural em escolas e salas de aula provedoras, nas quais todas as necessidades são satisfeitas.

Existe na educação inclusiva um novo olhar, uma nova maneira de ver o outro e a educação, entendendo e reconhecendo as diferenças e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe a todos sem exceção. É para o estudante com deficiência física, os que têm comprometimento mental, os superdotados, para todas as



minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo. Inclusão é estar com, é interagir com o outro.

A escola tem que ser o reflexo da vida do lado de fora. Não pode ser uma ilha, distante e sem contexto. Com o processo de inclusão, o ganho é de todos, tendo em vista vivenciar a experiência da diferença. Se os estudantes não passam por isso na infância, quando adultos poderão ter muita dificuldade de vencer os preconceitos. A inclusão possibilita aos que são discriminados pela deficiência, pela classe social ou pela cor que, por direito, ocupem o seu espaço na sociedade. Se isso não ocorrer, essas pessoas serão sempre dependentes e terão uma vida cidadã pela metade. Nós não podemos ter um lugar no mundo sem considerar o do outro, sem valorizar o que ele é e o que ele pode ser.

Nesse processo, a escola deve ser modificada para atender as necessidades dos seus membros com base na premissa de possibilitar ao aluno o desenvolvimento e exercício da sua cidadania. E essas mudanças devem ser na adaptação da estrutura física, curricular e didática.

Andrade (2009, p.116) aponta que:

Para além das imprescindíveis mudanças estruturais nas escolas, as ações educativas inclusivas exigem a necessidade de se reenquadrar concepções de sujeitos e de aprendizagem, de tal forma que um aluno com necessidades educativas especiais seja alvo de investimentos educativos pautados pela possibilidade de mudança qualitativa da sua atual condição.

A escola não vai ‘curar’ as particularidades dos alunos deficientes, e os pais terão que se aliar à escola para dar aos filhos a educação que eles precisam, permitindo que suas habilidades encontrem caminhos apropriados para se desenvolver.

Mas as escolas, de forma geral, estão preparadas para trabalhar com turmas homogêneas, ou seja, crianças da mesma idade, mesmo nível de conhecimento e ritmos de aprendizagem. Ao receber um aluno deficiente, são necessárias mudanças como cita Beyer (2009, p.76):

O desafio é construir e pôr em prática no ambiente escolar uma pedagogia que consiga ser comum ou válida para todos os alunos da classe escolar, porém capaz de entender os alunos cujas situações pessoais e características de aprendizagem requeiram uma pedagogia diferenciada. Tudo isto sem demarcações, preconceitos ou atitudes nutridoras dos indesejos estigmas. Ao contrário, pondo em andamento, na comunidade escolar, uma conscientização crescente dos direitos de cada um.

É um caminho longo, onde a escola e a família devem estreitar os laços, para uma ação educativa sistematizada. Sobre a necessidade dessa parceria, Portela e Almeida (2009, p.149) apontam que:

Não se pode deixar de reconhecer que, entre os fatores que exercem influência educativa na formação da personalidade do indivíduo, a família e a escola ocupam um lugar imprescindível e indissociável. Apesar de possuírem características e possibilidades diferenciadas, com bastante frequência essas instituições se superpõem e se complementam, atingindo ambas a conduta do indivíduo de tal modo, que não se pode abordar o desenvolvimento do indivíduo e a sua educação sem tê-las em conta.



A Declaração de Salamanca, em 1994, a necessidade do reconhecimento do papel da família para que ocorra um melhor aprendizado do aluno deficiente dentro do ambiente escolar. Neste documento foi proposto que, assim como deve haver a necessidade de rever a formação dos professores, é preciso que a família se coloque numa posição atuante, tornando-se mais presente na vida dos filhos e desempenhando papel de assistentes dos professores, para que a aprendizagem aconteça de maneira mais eficaz. Assim, sobre a parceria com pais, a ação 59 da Declaração de Salamanca traz que:

Uma parceria cooperativa e de apoio entre administradores escolares, professores e pais deveria ser desenvolvida e pais deveriam ser considerados enquanto parceiros ativos nos processos de tomada de decisão. Pais deveriam ser encorajados a participar em atividades educacionais em casa e na escola (aonde eles poderiam observar técnicas efetivas e aprender como organizar atividades extracurriculares), bem como na supervisão e apoio à aprendizagem de suas crianças.

Consoante com essa premissa, a resolução CNE/CEB nº 02 de 11/09/2001 que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica também aponta a necessidade da participação da família no processo educativo.

Mas frequentemente essa relação tem sido caracterizada por laços de autoridade por parte da instituição escolar, que pode até chegar ao autoritarismo, devido ao lugar que a escola ocupa no imaginário da família.

Sobre essa relação, para alguns professores, existem vários tipos de pais. Entre eles, estão os super protetores com os filhos deficientes, o que pode impedir que a criança possa vivenciar experiências que contribuirão para o desenvolvimento de sua autonomia, e os pais que não sabem muito sobre a deficiência do filho, não ajudando para que ele consiga ter uma vida escolar mais significativa.

Mas a escola sozinha não pode ser responsável pela inclusão. A família deve participar ativamente, numa relação de parceria e harmônica.

Portela e Almeida (2009, p.158) citam que:

A escola, por sua vez, precisa abrir suas portas às famílias, de fato e de direito, não alimentando uma relação hierárquica e autoritária ou assumindo papel de juiz ou cobrador da família, mas, sobretudo, ampliando o espaço de participação, respeitando o desejo desta e auxiliando-a a se informar para crescer numa relação mais igualitária. Pois, só com o estabelecimento de uma relação nesse nível é que as propostas educacionais, especificamente aquelas voltadas para as pessoas com necessidades educativas especiais, relativas à formação de cidadãos, poderão se concretizar.

O papel dos pais na educação dos filhos especiais é fator importantíssimo, já que são eles quem melhor conhecem os filhos. Família atua, nesse processo, como agente mediador entre a escola e o meio social.

Algumas atitudes para aproximar a família e a escola são: diálogo constante entre a família e os profissionais da escola, ajuda nas atividades de casa, participação nas atividades promovidas pela instituição, família levando informações à escola sobre o acompanhamento da criança com outros médicos ou profissionais, informes escritos, encontros com pais específicos, reunião, festas, diálogo direto do professor com o médico da criança... Com isso a família conhece o trabalho da escola,

melhora o diálogo, se envolve mais nas atividades e ajuda a promover um processo de inclusão mais eficaz.

### **Conclusão**

No processo de inclusão a parceria entre a família e escola é fundamental para o desenvolvimento da criança. Os conflitos irão surgir e serão inevitáveis nessa relação, mas é importante ter como pilares o diálogo e o respeito mútuos, sabendo que todas as decisões, comportamentos e atividades deverão ser feitas visando o aluno, seu bem estar, inserção no ambiente escolar e social, além do desabrochar das aprendizagens.

### **Referências Bibliográficas**

ANDRADE, Simone Girardi. Docência(s) no Contexto da Educação Inclusiva: Uma Perspectiva Sistêmica. In: BAPTISTA, Claudio Roberto (Org.). **Inclusão e Escolarização: Múltiplas Perspectivas**. 1ª reimpressão. Porto Alegre: Editora Mediação, 2009.

BEYER, Hugo Otto. Da Integração Escolar à Educação Inclusiva: Implicações Pedagógicas. In: BAPTISTA, Claudio Roberto (Org.). **Inclusão e Escolarização: Múltiplas Perspectivas**. 1ª reimpressão. Porto Alegre: Editora Mediação, 2009.

BRASIL. Ministério da Ação Social. Coordenadoria Nacional para Pessoa Portadora de Deficiência. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação Sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília, 1994. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seeps/arquivos/pdf/salamanca.pdf> Acesso em 26/08/2016.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 02 de 11/09/2001: Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf> Acesso em 26/08/2016.

FREITAS, Soraia Napoleão. A Formação de professores na Educação Inclusiva: Construindo a Base de Todo o Processo. In: RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e Educação: Doze Olhares Sobre a Educação Inclusiva**. São Paulo: Editora Summus, 2006.

PORTELA, Cláudia Paranhos de Jesus e ALMEIDA, Célia Verônica Paranhos de Jesus. Família e Escola: Como Essa Parceria pode Favorecer Crianças Com Necessidades Educativas Especiais. In: DÍAZ, Félix, BORDAS, Miguel, GALVÃO, Nelma e MIRANDA, Therezinha (Org.). **Educação Inclusiva, Deficiência e Contexto Social: Questões Contemporâneas**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia EDUFBA, 2009.

